

# POVO LIVRE

## ALIANÇA DEMOCRÁTICA

**PSD, CDS-PP E PPM QUEREM UM GOVERNO AMBICIOSO,  
REFORMISTA, MODERADO, ESTÁVEL E MAIORITÁRIO**



14 PSD

### PEDRO NUNO SANTOS TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELA BANDALHEIRA

Luís Montenegro qualifica de “bandalheira” a compra de ações dos CTT pela Parública e acusa o ex-ministro das Infraestruturas socialista de pretender “sacudir a água do capote” em torno deste processo

14 LOCAIS

### VILA FLOR APROVA ORÇAMENTO CENTRADO NA HABITAÇÃO ACESSÍVEL E NO AMBIENTE

A Assembleia Municipal de Vila Flor aprovou, com a maioria da Coligação “Acreditar” (PPD/PSD - CDS/PP), o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 no valor de 25,8 milhões de euros

20 REGIONAIS

### INVESTIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA TEM UMA VISÃO ESTRATÉGICA

José Manuel Bolieiro elogiou “os investimentos do Governo da Coligação no sistema educativo, assente numa visão estratégica essencial para o desenvolvimento dos Açores”

# AD – É tempo de Portugal

**Luís Montenegro personifica o espírito que a todos nos mobiliza para proporcionar aos portugueses a qualidade de vida que lhes é devida.**



**EMÍLIA SANTOS**  
Diretora do Povo Livre

Tal como em 1979, o quotidiano dos portugueses é marcado por dificuldades económicas e sociais. O custo de vida aumentou, com especial incidência nos bens essenciais, a pressão dos impostos é alta, os serviços públicos estão num estado calamitoso, nomeadamente na Educação e na Saúde.

Nos finais da década de 70 do século passado, a esperança em Portugal renasceu através de um projeto político liderado pelo PPD/PSD, tendo como parceiros o CDS e o PPM, que se apresentava com um nome agregador de princípios e de vontades: Aliança Democrática. Francisco Sá Carneiro, o nosso líder histórico, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles assumiram-se então como os rostos da mudança, capazes de colocar o país no caminho do desenvolvimento, criando as condições para uma sociedade mais justa e mais próspera. A AD era, afinal, uma aliança feita com os portugueses, um compromisso com um melhor futuro coletivo.

É com esse mesmo sentido de compromisso que hoje, tal como em 1979, se apresenta aos portugueses a Aliança Democrática, de novo liderada pelo PSD e tendo o CDS-PP e o PPM como parceiros, mas contando agora com o envolvimento de um conjunto de cidadãos independentes que, como nós, estão profundamente preocupados com o presente e o futuro de Portugal.

Luís Montenegro personifica o espírito que a todos nos mobiliza para proporcionar aos portugueses a qualidade de vida que lhes é devida.

A Escola Pública vive tempos sombrios, o SNS está na iminência da rutura, a Justiça tarda, a Habitação escasseia, os impostos asfixiam, as desigualdades aumentam, os horizontes estreitam.

É tempo de mudança.

É tempo de ter um governo competente e reformista, sério, com ética, integridade e responsabilidade.

É tempo de recuperar o Estado Social, garantindo melhores serviços públicos de Educação, Saúde e Habitação, combatendo a pobreza, promovendo a igualdade de oportunidades, a melhoria social e garantindo que ninguém fica para trás.

É tempo de adotarmos modelos que assumam o compromisso com a gestão sustentável das finanças públicas.

É tempo de estabilidade política baseada no diálogo e participação de todos.

É tempo de dar esperança aos portugueses.

É o tempo da Aliança Democrática, é tempo de Portugal.



# AD, UM PROJETO POLÍTICO DE ESPERANÇA E CONFIANÇA

O Presidente do PSD, o líder do CDS-PP e o Presidente do PPM formalizaram no domingo, 7 de janeiro de 2024, no Porto, o acordo de coligação Aliança Democrática para as eleições legislativas e europeias, que junta ainda personalidades independentes “com espírito reformista e moderado”.



Na assinatura do acordo, Luís Montenegro defendeu que este é “um projeto político de esperança e confiança”, o único capaz de superar o “falhanço clamoroso” de oito anos de governação socialista. “O projeto político da AD não se alimenta nem pela ameaça nem pela hostilidade e não se move, ao contrário dos nossos adversários, pelo passa-culpas, pelo ressentimento ou pela instigação infantil do medo. Ao contrário do PS, não é um movimento político ressabiado”, afirmou.

O Presidente do PSD voltou a apontar os motivos da dissolução do Parlamento. “Faltou competência ao Governo, a todos os membros que por lá passaram, faltou capacidade de transformação e vontade política, porque instrumentos para mudar ninguém teve como agora”, considerou.

Numa referência ao Congresso do PS, Luís Montenegro mostrou-se chocado “que o grande ausente tenha sido o Serviço Nacional de

Saúde”. “Neste Congresso, o novo líder e o antigo líder – os dois com responsabilidade, porque os dois se sentavam no Conselho de Ministros – tudo fizeram para desviar a atenção, para ignorar e desprezar o que é hoje para muitos portugueses a primeira preocupação que têm: a saúde”, criticou.

O líder do PSD elegeu a Saúde como “a grande prioridade social do Governo da AD” e apelou a uma reflexão sobre o estado do SNS nas legislativas de 10 de março de 2024.

“Há muitas razões para mudar de Governo, mas a degradação do SNS por si já era suficiente para pôr o Governo socialista na rua e para pôr um novo governo a cuidar da saúde dos portugueses”, salientou.

O líder social-democrata comparou a situação atual do país à de 1979 – quando foi criada a primeira Aliança Democrática com CDS-PP e PPM – considerando que, então

como agora, o país está “numa encruzilhada, num impasse”, e vive-se “um tempo de ressaca de todas as experiências de governação socialistas”, quer com maioria absoluta, quer com apoio formal ou informal dos partidos à sua esquerda. “Todas redundaram no mesmo resultado: um falhanço clamoroso dos objetivos a que se propuseram. Diante deste impasse, desta incapacidade, impõe-se mesmo criar uma nova esperança, um novo projeto de confiança”, disse.

Num discurso de meia hora em que apontou também falhas ao Governo nas áreas da educação, habitação ou na redução da pobreza, Luís Montenegro parafraseou o histórico dirigente e antigo Primeiro-Ministro e líder do PSD Carlos Mota Pinto. “Nós hoje somos muitos nesta sala – esta sala que está a ferver e fervilhar de entusiasmo – amanhã seremos mais, vamos ser milhões, vamos ganhar as eleições e transformar Portugal”, apelou.

A cerimónia da assinatura do acor-



**Há muitas razões para mudar de Governo, mas a degradação do SNS por si já era suficiente para pôr o Governo socialista na rua**

do de coligação Aliança Democrática contou ainda com a intervenção do ex-bastonário da Ordem dos Médicos, Miguel Guimarães, na qualidade de representante dos independentes.

Leia no final da presente edição do “Povo Livre” o acordo de coligação da Aliança Democrática.

#### PROGRAMA CONTA COM CONTRIBUTOS DOS TRÊS PARTIDOS E INDEPENDENTES

O acordo de coligação assinado entre PSD, CDS-PP e PPM prevê que o programa eleitoral da Aliança Democrática (AD) tenha contributos dos três partidos e de personalidades independentes.

“A AD tem o horizonte do atual ciclo político, respeitando as autonomias regionais e locais relativamente aos entendimentos quanto às eleições de 2023 (Região Autónoma da Madeira), de 2024 (Região Autónoma dos Açores) e de 2025 (autarquias locais)”, refere o texto do acordo de coligação.

No acordo, detalha-se ainda que o programa eleitoral a apresentar às legislativas “deverá beneficiar de

contributos das equipas dos três partidos, de personalidades e grupos de independentes e em geral de uma abordagem aberta e participada com a sociedade civil e as suas instituições”.

A AD compromete-se ainda a fazer “uma campanha pela positiva que

dignifique a democracia” e manifesta a expectativa que “a maioria dos portugueses decidirá prestigiar Portugal e abrir um ciclo de merecida esperança”.

Os três partidos criticam duramente os resultados da governação socialista dos últimos anos e aler-

ta-se que “a afinidade da anterior e atual liderança do PS com os partidos da esquerda radical auguram a continuação destas tendências”.

No texto, com dez pontos e seis páginas, reitera-se que este acordo de coligação foi feito “com o propósito de oferecer a Portugal a mudança





política necessária e um Governo ambicioso, reformista, moderado estável e maioritário”.

No acordo, elencam-se vários “falhanços da governação socialista”, como “o empobrecimento de Portugal e a sua ultrapassagem por tantos países europeus em diversos critérios”, “o agravamento da carga e esforço fiscal para máximos que financiam serviços públicos que estão em mínimos” ou “a degradação profunda do Estado Social, especialmente grave na saúde e na educação”, mas também na segurança ou habitação.

O texto do acordo acusa ainda os executivos do PS de terem tido “uma governação e cultura políticas que sacrificaram a exigência ética, a responsabilidade política, a transparência e integridade na gestão pública, e cuja perpetuação no poder alimentaram a voragem do controlo e instrumentalização partidária do Estado e dos recursos públicos”.

No acordo, critica-se “a incapacidade

reformista do Governo”, os “erros motivados por radicalismo ideológico altamente penalizados dos portugueses, contribuintes e utilizadores dos serviços públicos” (dando como exemplos a nacionalização da TAP e a extinção das PPP na saúde) e até “a receita errada para o indispensável equilíbrio das contas públicas, que se baseou numa combinação de fatores conjunturais (...) com opções políticas fundamentalmente erradas, apostando no agravamento recorde da carga fiscal e no corte no investimento público”.

O texto acusa ainda a governação socialista se ter caracterizado pela “intromissão na gestão e relações acionistas de empresas privadas” e até pelo “enfraquecimento e tentativa de dominação das instituições independentes de regulação económica e de justiça”.

Em contraponto, os subscritores defendem que a AD quer ser “uma alternativa ambiciosa, reformista e moderada” e inclui, entre as suas

prioridades, alcançar níveis elevados de crescimento, reforço dos rendimentos e “salvar e reabilitar o Estado Social do definhamento em curso”.

Os três partidos comprometem-se a adotar “uma cultura de tolerância e de respeito pelo pluralismo” e a repudiar “extremismos ou populismos de qualquer ponto do espectro ideológico ou partidário”, bem como a governar com “elevada exigência ética, integridade, responsabilidade política, respeito pela separação de poderes e pelas instituições, e empenho efetivo no combate à corrupção e tráfico de influências”.

O compromisso com a gestão sustentável das finanças públicas está também no acordo, com os subscritores a defenderem que “o equilíbrio orçamental e redução da dívida pública sejam condições e meios indispensáveis que devem ser prosseguidos de modo saudável, revertendo a estratégia recente de ‘carga fiscal máxima para servi-

ços públicos mínimos”.

PSD, CDS-PP e PPM comprometem-se ainda a promover “estabilidade política construída em diálogo aberto, construtivo e participado com os diferentes atores e instituições da sociedade”.

“Os três partidos têm identidades diferentes e continuarão a honrar a sua história e a sua singularidade na avaliação de valores fundamentais e de consciência. Mas o PSD, o CDS-PP e o PPM têm cultura de compromisso, capacidade de entendimento e experiência de Governo. Essa mais-valia não existe noutros setores políticos”, sublinha-se.

PSD, CDS-PP e PPM irão a votos coligados nas legislativas de 10 de março sob a designação “Aliança Democrática”. Nas eleições legislativas de 1980, a AD também era composta pelos três partidos, com Francisco Sá Carneiro (PSD), Diogo Freitas do Amaral (CDS) e Gonçalo Ribeiro Telles (PPM) na liderança de cada força política.



# CONSELHO NACIONAL APROVA POR UNANIMIDADE ALIANÇA DEMOCRÁTICA

O Conselho Nacional do PSD aprovou na quinta-feira à noite, em Braga, por unanimidade, a coligação com o CDS-PP e PPM para as eleições legislativas e eleições europeias.



## Queremos governar Portugal, sabendo privilegiar o interesse comum

No discurso de abertura do Conselho Nacional, Luís Montenegro explicou como pretende governar o país. “Proponho-vos uma solução, que é a expressão da forma como queremos governar Portugal, sabendo convergir, sabendo privilegiar o interesse comum, abrindo a política à participação de pessoas qualificadas, abrindo os nossos quadros, a nossa representação, a equipa multidisciplinar, para legislar, debater todos os assuntos prementes e os problemas”, afirmou.

Os conselheiros nacionais mandataram, também, o Secretário-geral do PSD, Hugo Soares, para negociar os termos concreto do acordo.

Foi ainda aprovada a abertura das listas à inclusão de cidadãos independentes “de reconhecido mérito, provenientes de vários quadrantes da sociedade civil e empenhados no projeto político da Aliança Democrática”.





“SENTIR PORTUGAL NOS AÇORES”

# PEDRO NUNO SANTOS DESCUROU OBRIGAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO NOS VOOS PARA OS AÇORES

Luís Montenegro acusa Pedro Nuno Santos de, enquanto ministro das Infraestruturas, não ter resolvido a matéria das obrigações de serviço público no transporte aéreo nos Açores.

“É uma das matérias que, aliás, esteve na secretária do atual secretário-geral do Partido Socialista e que não foi resolvida”, afirmou.



Na segunda-feira, durante a ligação entre Madalena, na ilha do Pico, e Horta, no Faial, no 1.º dia do “Sentir Portugal nos Açores”, o Presidente do PSD considerou ser “importante assegurar o serviço público para o Faial, Pico e Santa Maria”. “E a verdade é que o tempo passa, as promessas sucedem-se e não fora a boa vontade da SATA [transportadora aérea açoriana] e esse serviço seria colocado em causa”, declarou, manifestando predisposição para “resolver esse assunto imediatamente à tomada de posse do novo governo” liderada pela Aliança Democrática.

Luís Montenegro assinalou que a função de primeiro-ministro requer coragem e “muita vontade de enfrentar os riscos, de decidir, de ser resistente, resiliente, mas também inspirador”.

Antes, no Pico, cuja montanha é o ponto mais alto de Portugal, com 2.351 metros de altitude, onde começou a última etapa do périplo “Sentir Portugal”, Luís Montenegro esteve no concelho da Madalena, onde pôde admirar a Paisagem da Cultura da Vinha da Ilha do Pico, Património Mundial da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura desde 2004.



“Aquilo que nós pretendemos é atingir o máximo pico da nossa performance, precisamente no dia das eleições, que é o dia que conta, que é o dia em que os portugueses terão a oportunidade de mudar o rumo do país”, referiu, assinalando que no dia 4 de fevereiro os açorianos terão a oportunidade “de dar condições de governação, estabilidade”, à atual maioria, PSD/CDS-PP/PPM, no arquipélago.

“Sentir Portugal nos Açores” decorre até sábado, tem como objetivo contactar com a realidade local e

dialogar com os cidadãos, famílias, municípios e instituições da Região Autónoma dos Açores.

#### **INCOMPETÊNCIA DO PS PROVOCOU ELEIÇÕES REGIONAIS NOS AÇORES E LEGISLATIVAS NO PAÍS**

Luís Montenegro atribuiu a realização de eleições legislativas antecipadas nos Açores e no país à incapacidade e incompetência do Partido Socialista. “Há uma coisa que é comum a estes dois momentos eleitorais, eles decorrem os dois da incapacidade, da incom-

petência, no caso dos Açores também do ciúme político do Partido Socialista, que olhou mais para si próprio e menos para a Região Autónoma dos Açores e menos para Portugal”, afirmou.

Na segunda-feira à noite, na Horta, na apresentação dos candidatos da coligação PSD/CDS-PP/PPM às eleições legislativas regionais de 4 de fevereiro pelo círculo do Faial, o Presidente do PSD referiu que, no caso dos Açores, a “instabilidade criada advém de uma coligação negativa liderada pelo PS e que

juntou depois todos os outros partidos da oposição”.

Em relação às eleições legislativas antecipadas, “o PS, sozinho, foi capaz de desbaratar a maioria absoluta que o povo português lhe deu nas últimas eleições”. Como tal, assinalou Luís Montenegro, “o fator negativo na democracia portuguesa e o fator negativo na democracia açoriana é o PS”.

Luís Montenegro referiu-se ao trabalho na área da saúde e da educação do Governo Regional dos Açores (PSD/CDS-PP/PPM), para assinalar outros contrastes com o executivo nacional. “É mesmo caso para dizer que aquilo que depende do Governo Regional é aquilo que anda nos Açores, aquilo que depende do Governo central é aquilo que bloqueia, que fica estagnado, que fica adiado nos Açores”, disse, apontando a mobilidade como um dos “exemplos maiores”, área que “foi tutelada durante vários anos pelo atual secretário-geral e candidato a liderar o Governo do Partido Socialista”.

Afirmando-se como “um intransigente defensor das autonomias”, o Presidente do PSD assegurou olhar para as características específicas e para as ambições legítimas do arquipélago, “não resolvendo tudo num dia, mas, seguramente, não adiando, eternamente, decisões estratégicas que teimam em ver a luz do dia”. A este propósito enumerou as obrigações do serviço público, a execução do projeto do cabo de fibra ótica, a ampliação da pista do aeroporto da Horta e a nova prisão em São Miguel.

Na sessão, o candidato a presidente do Governo Regional dos Açores pela coligação PSD/CDS-PP/PPM, José Manuel Bolieiro, salientou que “há tanto para resolver dos problemas dos portugueses que a governação socialista ou a desgovernação aumentou, complicou”, seja na educação, na saúde ou na justiça.

O líder do executivo regional, que se referiu a Montenegro como “futuro primeiro-ministro”, pediu-lhe para se inspirar nos Açores e na governação que liderou. Lembrando que governou sem maioria absoluta, com um “quadro parlamentar bastante variável” e “difícil de gerir”, o candidato



salientou que, sem comprometer os princípios e valores democráticos, se garantiu estabilidade.

“Se houve instabilidade por interrupção da legislatura não tem a ver com o projeto político de governação que liderámos”, mas antes “com oposição instável, ciumenta dos resultados desta governação,

angustiada pela perda do poder, desejosa de interromper o caminho de sucesso, para com isso, criar dificuldades eleitorais a um projeto de bom governo”, acrescentou.

Para José Manuel Bolieiro, “os autores nacionais da instabilidade, com uma maioria absoluta, perderam todo o crédito de serem alter-

nativa a si próprios”, pedindo aos portugueses para que “não repitam a dose”, sendo do “próprio interesse de portugueses dar oportunidade a uma alternativa”.

O cabeça de lista pelo círculo do Faial pela coligação PSD/CDS-PP/PPM é Luís Garcia, presidente da Assembleia Legislativa dos Açores.

“SENTIR PORTUGAL EM BRAGA”

# PEDRO NUNO SANTOS TAMBÉM É RESPONSÁVEL PELA BANDALHEIRA

Luís Montenegro qualifica de “bandalheira” a compra de ações dos CTT pela Parpública e acusa o ex-ministro das Infraestruturas socialista de pretender “sacudir a água do capote” em torno deste processo. “Se o dr. Pedro Nuno Santos não sabia, que é o que ele diz, então isto foi uma bandalheira completa”, afirmou.



Após uma reunião com o reitor da Universidade do Minho (UM), na quinta-feira, no 1.º dia do “Sentir Portugal em Braga”, o Presidente do PSD considerou “importante” que se saiba de quem foi a decisão de comprar as ações dos CTT e quais foram os objetivos, o contexto e o “retorno” do investimento.

Luís Montenegro manifesta “estranheza e perplexidade” a atitude de demarcação de responsabilidades de Pedro Nuno Santos. “Quando a pessoa que é responsável por tudo isto sacode a água do capote e diz que não é nada com ele, é tudo com os outros, isto é uma bandalheira”, insistiu.

Para o líder do PSD, os portugueses têm no dia 10 de março de 2024 “uma oportunidade para mudar de governo, de orientação, de cultura política governativa”.

“O Governo deve dar respostas. (...) O país tem de acabar com esta bandalheira. As pessoas responsáveis por esta bandalheira têm de ir embora”, reiterou.

“Sentir Portugal em Braga” percorreu 14 concelhos do distrito: Amares, Barcelos, Braga, Cabeceiras de Basto, Celorico de Basto, Esposende, Fafe, Guimarães, Póvoa de Lanhoso, Terras de Bouro, Vieira do Minho, Vila Nova de Famalicão, Vila Verde e Vizela.

# PSD DESAFIA MINISTRO DA SAÚDE A APRESENTAR RESPOSTAS PARA “ESTANCAR SANGRIA” NO SNS

O PSD desafiou o ministro da Saúde a apresentar no Parlamento respostas imediatas para “estancar a sangria” que considera verificar-se no SNS, no último debate sobre este tema antes da dissolução da Assembleia da República.

Os sociais-democratas marcaram para sexta-feira, na Assembleia da República, um debate potestativo (obrigatório) sobre o Serviço Nacional de Saúde (SNS), cerca de três meses depois de terem realizado um debate de urgência sobre o mesmo tema.

“Todos os dias os serviços no SNS apresentam-se depauperados e as pessoas têm cada vez mais dificuldade em aceder ao SNS, às urgências, aos cuidados de saúde primários, ao médico de família, as consultas, às cirurgias”, justificou o vice-presidente da bancada do PSD Miguel Santos.

Devido à dissolução da Assembleia da República em 15 de janeiro e à marcação das legislativas antecipadas para 10 de março, este será “muito provavelmente o último debate que se vai realizar no parlamento sobre o tema”.

“Daí o desafio do PSD para que o Governo se possa apresentar neste debate, estamos na expectativa que o senhor ministro [Manuel Pizarro] ainda possa aparecer e aproveitar para explicar o que está a fazer para estancar esta dura realidade que os portugueses vêm enfrentando”, afirmou.

Para o PSD, “há uma necessidade de encontrar soluções imediatas que estancem esta sangria que está a acontecer” no SNS, desafiando o Governo a apresentar “soluções temporárias enquanto ainda está em funções”.



“Depois haverá um tempo, a seguir às próximas eleições, em que o PSD enquanto Governo imporá uma reforma no SNS que melhore o acesso das pessoas aos cuidados de saúde”, afirmou.

Questionado se este debate será uma ocasião para o PSD apresentar a sua visão alternativa para o setor da saúde, Miguel Santos respondeu que o partido vai, sobretudo, fazer “um balanço do estado calamitoso em que o SNS se encontra”.

“Haverá o tempo em que o PSD apresentará o programa eleitoral e as medidas para a reabilitação do SNS e o encarar do sistema de saúde português como uma parceria entre os vários recursos que exist-

tem à disposição do país”, assegurou.

O deputado do PSD recordou que os sociais-democratas já apresentaram no parlamento “dezenas de propostas” na área da saúde que foram rejeitadas no Parlamento.

“O PS não quis aproveitar as ideias do PSD, mas elas não são estranhas nem são desconhecidas, nem aparecerão no programa eleitoral como uma coisa nova, as pessoas sabem qual a visão do setor do PSD para a saúde”, apontou.

Em julho de 2023, o PSD apresentou a “Agenda mobilizadora 2030-2040”, centrada em cinco eixos estratégicos e 25 propostas estruturais para mudar o setor da saúde em Portugal.



**Todos os dias  
as pessoas têm  
cada vez mais  
dificuldade em  
aceder ao SNS**

# VILA FLOR APROVA ORÇAMENTO CENTRADO NA HABITAÇÃO ACESSÍVEL E NO AMBIENTE



A Assembleia Municipal de Vila Flor aprovou, com a maioria da Coligação “Acreditar” (PPD/PSD - CDS/PP), o Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2024 no valor de 25,8 milhões de euros.

É um “aumento de 25%” em relação ao orçamento do ano passado, declarou o Presidente do município, Pedro Lima.

“[O aumento] deve-se a investimentos agrícolas e outros já dentro do quadro comunitário previsto no Portugal2030”, explicou o autarca.

O concelho do distrito de Bragança tem já garantidos cerca de 7 milhões de euros de fundos comunitários, avançou Pedro Lima.

“A imagem que este orçamento vai ter é do social e do ambiente”, acrescentou.

Como obras de relevo para o próximo ano, Pedro Lima destacou o Ecoparque, que deverá iniciar-se em 2024, com a reabilitação do parque de campismo e a criação de um espaço verde na vila.

No total, representa um investimento de 4 milhões de euros, financiados a 100% pelo Fundo Ambiental, previstos de forma faseada até 2027.

“Para o ano devemos conseguir investir cerca de 1,5 milhões de euros. Em 2024 temos o objetivo de abrir o Ecoparque pelo menos nas vertentes do campismo e do caravanismo”, afirmou Pedro Lima, adiantando que esta primeira fase deverá estar concluída no primeiro semestre do ano, a tempo do verão.

Está ainda previsto o início da construção da barragem de aproveitamento hidroagrícola da Redonda das Olgas (18 milhões de euros, financiados a 100%).

Entre os projetos, está também o alargamento da habitação acessível (1 milhão de euros, do Programa de Recuperação e Resiliência) e o investimento no envelhecimento ativo (500 mil euros, financiados a 50%).

O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) continua em 2024 na taxa mínima, nos 0,3%. A taxa de IMI para prédios urbanos pode variar entre os 0,3% e os 0,45%, cabendo aos municípios fixar o valor entre este intervalo. O Imposto Sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) no concelho ficou também no valor mais baixo, de 2%.

# BRAGA APROVA PLANO PARA REFORÇAR CERTIFICAÇÃO COMO CIDADE SUSTENTÁVEL

A Câmara de Braga aprovou, dia 8, o Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável, que visa garantir uma mudança organizacional estratégica por via da institucionalização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), difundir a Agenda 2030 pelo universo municipal, envolver a população para aquela política global e colocar o Município de Braga na vanguarda das políticas de futuro e das boas práticas internacionais.

Ricardo Rio explicou que o plano pretende guindar Braga a níveis mais altos de certificação de sustentabilidade por uma entidade das Nações Unidas, a UN-Habitat.

Segundo o autarca, a cidade de Braga já está certificada, desde agosto de 2023, com o “nível silver”.

O plano aprovado visa dar continuidade a este processo e atingir um patamar superior.

O Presidente da Câmara Municipal sublinhou o envolvimento da comunidade no processo de auscultação para o desenvolvimento sustentável ao longo de 2023 e a criação e a opinião do Conselho Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável.



# MAIA INAUGURA A PRIMEIRA CRECHE DE REDE SOLIDÁRIA INTEGRADA EM CENTRO ESCOLAR

O anúncio da medida da gratuidade das creches, em 2022, colocou em evidência a enorme carência de vagas na rede pública e no setor social e solidário. O que o Governo queria apresentar como uma medida positiva, esbarrou na sua própria inoperância, algo que, até à data, mesmo com o recurso ao PRR para financiar o alargamento desta oferta, continua a prejudicar as famílias.

Conhecedora desta realidade, e atenta às necessidades da sua população, a Câmara Municipal da Maia ousou inovar, fazendo aquilo que nunca tinha sido feito: abriu uma creche dentro de um centro escolar, envolvendo uma instituição solidária para assegurar a sua gestão, no caso, a Santa Casa da Misericórdia da Maia.

Assim nasceu a creche do Passal, integrada no Centro escolar de Folgosa, uma iniciativa inovadora e inspiradora, que constitui um exemplo de visão estratégica e de otimização dos recursos existentes para responder às reais expectativas das famílias.

Emília Santos, Vice-Presidente e Vereadora com o Pelouro do Desenvolvimento Social e Demografia da Câmara Municipal da Maia, referiu que “não foi um processo fácil, exigiu perseverança da nossa parte até ao último instante, mas conseguimos concretizar o nosso objetivo.”

A realidade diz-nos que Portugal apresenta ainda uma taxa de cobertura ainda muito baixa (53%), o que faz com que 120.000 crianças e respetivas famílias fiquem sem acesso a uma resposta educativa até aos três anos de idade, sendo que, destas, cerca de dois terços estão em situação de pobreza e exclusão social.

Na Maia, o trabalho do Município com as entidades parceiras da Rede



Social tem permitido esbater aquela realidade. Com a disponibilização de instalações municipais adequadas para a abertura e funcionamento de creches, que são mantidas e cuidadas pelos serviços municipais, a Edilidade confia a gestão dos serviços e dos recursos humanos qualificados às Instituições que têm essas competências, assegurando uma oferta consistente por todo o concelho, que se pretende reforçar.

Entretanto, perante a oportunidade de concretizar um modelo inovador, não houve hesitação. “Não tínhamos nenhum exemplo pelo qual nos pudéssemos orientar, não havia conhecimento de uma experiência semelhante”, admite Emília Santos,

“mas, desde o início, tivemos a certeza que estavam reunidas as condições fundamentais para se avançar: um agrupamento de escolas bem dirigido, com um projeto educativo consistente e aberto à comunidade, e um parceiro social de reconhecida experiência e com trabalho muitíssimo meritório na gestão das creches”.

Partindo desta premissa, as diligências feitas pelo Município da Maia junto dos ministérios da Educação e do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social deram resultado, assegurando, desde logo, a disponibilidade daquelas tutelas para colaborar nesta ideia pioneira, o que abriu caminho para a concretização

do projeto à luz das especificações e das regras relativas aos espaços de creche.

Inaugurada a 15 de dezembro último, a Creche do Passal está em pleno funcionamento, com todas as suas 42 vagas ocupadas, proporcionando às famílias o apoio imediato e uma perspetiva sólida de um futuro risonho para as suas crianças ao nível de resposta educativa, com a ligação ao pré-escolar e ao 1.º ciclo do ensino básico. Afinal, sorrir para a vida é o lema da Maia e, na creche do Passal, percebe-se que os sorrisos existem desde os primeiros meses de vida.

# MELHORAR MATOSINHOS COM NOVAS VIAS MUNICIPAIS IMPACTANTES

Os autarcas do PSD de Matosinhos, cientes das dificuldades de mobilidade em que os matosinhenses vivem no seu dia-a-dia e do excessivo trânsito no concelho, após terem apresentado propostas para melhorias nos transportes públicos, defendem a criação de novas vias municipais, estruturantes e impactantes na circulação rodoviária em Matosinhos.

O PSD de Matosinhos lamenta que o Plano de Atividades e Orçamento para 2024 da Câmara Municipal, liderada por Luísa Salgueiro, seja omissivo no vetor da de mobilidade e nada refira no que toca à criação de novas artérias rodoviárias impactantes em Matosinhos.

“A verdade é que Matosinhos devido à sua localização estratégica, paredes meias com a cidade do Porto e com infraestruturas portuárias, aeroportuárias sofre de forma drástica com a falta de mobilidade na Área Metropolitana do Porto, nomeadamente na congestionada A28 e na rotunda dos Produtos Estrela”, argumenta Bruno Pereira, vereador e Presidente do PSD de Matosinhos.

Recorde-se que o PSD de Matosinhos já sublinhou ainda a necessidade de Matosinhos e a Metro do Porto optarem por realizar empreitadas de aperfeiçoamento e reformulação da rede de metro, a qual em alguns troços se encontra em sobreposição e em conflito com a rede rodoviária, criando um impacto negativo na mobilidade dentro do concelho.

Matosinhos tem em si um trânsito caótico. E uma boa parte desse caos deve-se a uma ausência de decisões das entidades públicas, as quais em vez de resolverem problemas aumentam-nos sobremaneira por sua inércia.

“O PSD lamenta a falta de um projeto de mobilidade com soluções viáveis e normalizadoras do trânsito para o concelho Matosinhos, de um Presi-

dente de Câmara exige-se que acautele e idealize o futuro do concelho e o bem-estar dos seus cidadãos.” afirma Bruno Pereira, vereador e presidente do PSD de Matosinhos.

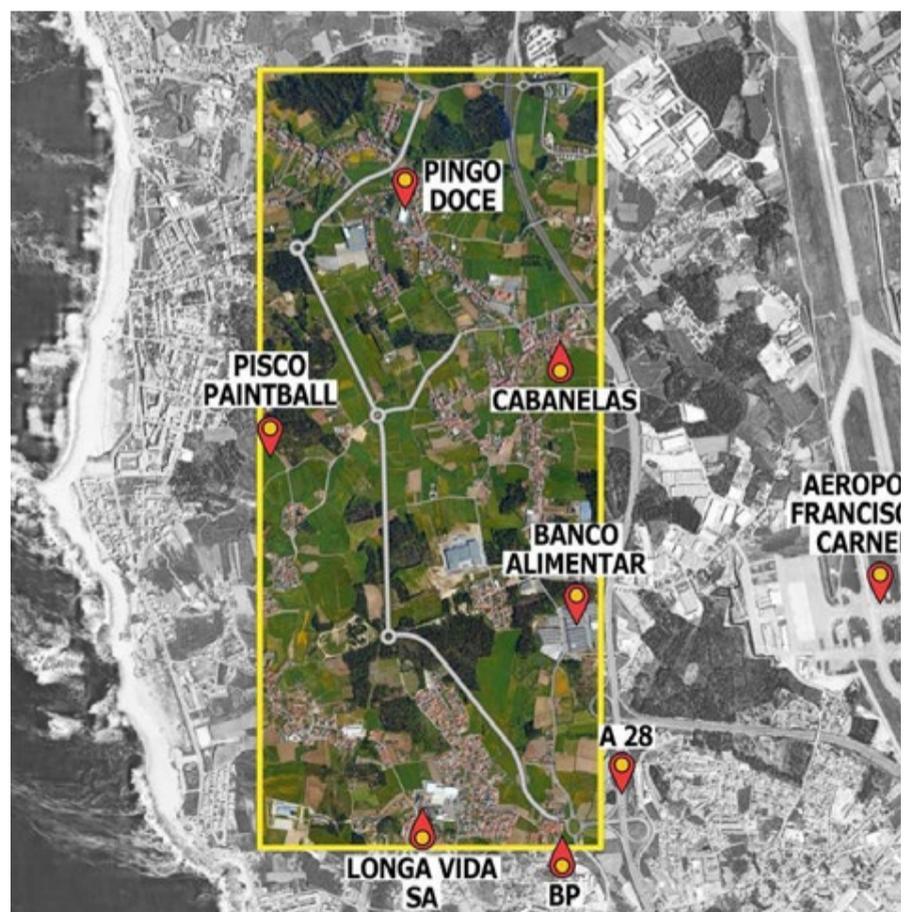
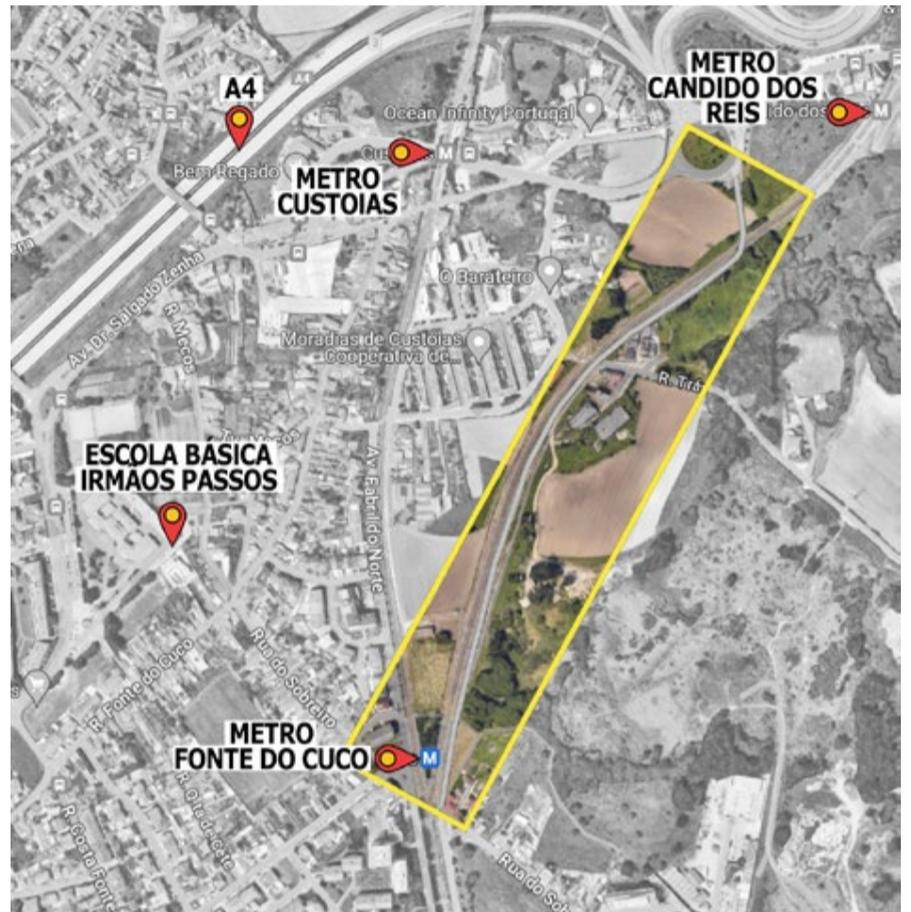
## PROPOSTAS DO PSD DE MATOSINHOS:

- Criação urgente de uma via paralela entre a A28 e a frente marítima a Norte, que permita que todos os munícipes que residem na parte norte do concelho (Leça da Palmeira, Perafita, Lavra, Santa Cruz do Bispo) não tenham todos os dias de circular em autoestradas e diminua tempos de deslocação, ou seja uma avenida municipal entre a rotunda da BP em Perafita e a rotunda de acesso a Lavra. Tal avenida permitirá a requalificação urbanística da zona e uma melhoria na mobilidade daquela área, a qual é já de si carente de transportes públicos.

- Concretização de uma saída da A28, no sentido Matosinhos - Porto, antes do Hospital Pedro Hispano, a qual culminaria na rotunda dos Golfinhos na Senhora da Hora. Tal arruamento iria permitir uma melhoria drástica na mobilidade da Área Metropolitana do Porto, libertando a já congestionada A28 e retirando veículos da rotunda Produtos Estrela.

- Continuação da avenida paralela ao Metro, de ligação do centro da Senhora da Hora, da estação de Metro Fonte do Cuco até à rotunda da A4 em Custóias, para que exista uma retirada de veículos de circulação do tecido urbano, um aumento da fluidez de trânsito e melhoria da mobilidade viária em Matosinhos.

- Ligação da rotunda sita na Mainça em Leça do Balio até Picoutos em S. Mamede de Infesta (passando pelos terrenos da antiga indústria Novinco), acautelando urbanisticamente esta área do concelho.



# UNIDADE MÓVEL DE SAÚDE DE OLEIROS REALIZOU 2.180 ATENDIMENTOS EM SETE MESES

A Unidade Móvel de Saúde (UMS) de Oleiros realizou 2.180 atendimentos, desde a retoma do serviço em maio de 2023, após interrupção causada pelo covid-19.

A UMS de Oleiros assegura gratuitamente, uma vez por mês em cada localidade deste concelho do distrito de Castelo Branco, serviços de enfermagem à comunidade.

Estão incluídos serviços de avaliação de tensão arterial e frequência cardíaca, glicemia e colesterol, análise do estado de saúde, esclarecimento de dúvidas, bem como o encaminhamento para outras valências (psicologia, assistência social, entre outras).

A enfermeira afeta ao projeto realiza também pensos, administra injeções, retira agrafos ou pontos de sutura operatória sob prescrição médica e vigia a toma da medicação.

De acordo com a Câmara Municipal de Oleiros, liderada por Miguel Marques, o município “substitui-se ao próprio Estado, tal como o faz já na área da Educação”.

“A prestação de cuidados de saúde de proximidade, sobretudo nas zonas do Interior, tem uma importância fulcral que o sistema público deve assegurar. Estamos a falar de uma população que, embora existam circuitos de transportes gratuitos assegurados pelo município, tem dificuldade de mobilidade”, salienta.

Durante este período, a UMS realizou ainda algumas ações de rastreio e de sensibilização junto da comunidade e visitas domiciliárias a utentes acamados ou com dificuldades de mobilidade.

Existe ainda possibilidade de contacto telefónico para esclarecimento de dúvidas, em dias úteis das 9h00 às 17h00. O funcionamento da UMS de Oleiros é assegurado pelo município, que disponibiliza um motorista, uma enfermeira e uma técnica. As deslocações às localidades são programadas mensalmente com saídas diárias de segunda a sexta-feira.

CARLOS MOEDAS NA INAUGURAÇÃO DA UNIDADE DE HIGIENE URBANA DE BELÉM

# LISBOA ESTÁ “A MELHORAR ESTRUTURALMENTE” A RECOLHA DE LIXO

O Presidente da Câmara Municipal de Lisboa afirmou que a situação da higiene urbana na cidade “está nitidamente melhor”, embora persistam “problemas, por exemplo, com algum alojamento local”.

“Investimos como nunca foi feito anteriormente nesta área. Contratámos 280 pessoas desde o início do meu mandato – outubro de 2021 [...]. Tivemos aqui investidos 19 milhões de euros em equipamentos, em viaturas [69 adquiridas], portanto há uma situação que melhorou, mas ainda não está perfeita”, declarou Carlos Moedas, na inauguração da nova Unidade de Higiene Urbana de Belém, segunda-feira, 8 de janeiro de 2024.

O autarca assegurou que a situação está “a melhorar estruturalmente”, realçando a valorização dos trabalhadores, com a atribuição de um suplemento de penosidade e insalubridade, admitindo que este setor “tem sempre muitas entradas e muitas saídas” de profissionais.

Os 280 novos trabalhadores “não contabilizam aqueles que saem”, mas o município está disponível para “estar sempre a contratar, se for necessário mais 200”, para colmatar essa situação, assegurou, revelando que entre a câmara e as 24 juntas de freguesia existem cerca de 2.000 profissionais nesta área.

Indicando que Lisboa “produz 900 toneladas de lixo por dia”, Carlos Moedas explicou que a limpeza da cidade “é um trabalho muito difícil”, que exige cooperação entre a câmara e as juntas de freguesia: “É um trabalho que nunca é perfeito, mas vamos sempre melhorando a situação”.

Além de valorizar os trabalhadores da higiene urbana, que têm “um trabalho duríssimo”, o presidente da câmara disse que a limpeza da cidade depende também dos lisboetas, que têm de cumprir as regras sobre



a recolha do lixo, inclusive horários e locais de deposição de resíduos, lembrando que o município dispõe de um serviço gratuito de recolha de monos.

Neste âmbito, a Câmara de Lisboa lançou uma campanha de sensibilização à população, nomeadamente através dos expositores de publicidade MUPI (mobiliário urbano para informação).

Reforçando que a higiene urbana é uma prioridade, o autarca adiantou que a câmara está a estudar um aumento da taxa turística em Lisboa, para que esse incremento “seja em grande parte dedicado à limpeza da cidade”.

A taxa turística na cidade de Lisboa começou a ser aplicada em janeiro de 2016 sobre as dormidas de turistas nacionais (incluindo lisboe-

tas) e estrangeiros nas unidades hoteleiras ou de alojamento local. Inicialmente era de um euro por noite, mas a partir de janeiro de 2019 aumentou para dois euros por noite. Os passageiros dos navios de cruzeiros começaram a pagar esta taxa este ano.

O Presidente da Câmara defendeu um turismo de qualidade, em que os lisboetas sintam que o turismo “está a trazer algo de bom”. “Se o turismo tiver uma taxa turística superior e que essa taxa turística seja utilizada para limpar a cidade, as pessoas vão dizer: ‘Olha, os turistas estão a contribuir’. [...] Se percebermos isso, o turismo será bem-vindo e não haverá esta fricção que muitas vezes começa a haver em que as pessoas começam a dizer: ‘Há muitos turistas, há muito lixo’, indi-

cou Carlos Moedas, frisando que o turismo precisa de contribuir para a qualidade de vida dos lisboetas.

Sobre a nova Unidade de Higiene Urbana de Belém, resultado de um investimento de 2,6 milhões de euros, o presidente da câmara referiu que o equipamento procura melhorar e reforçar a capacidade de resposta dos serviços de higiene urbana e recolha de resíduos na cidade, permitindo proximidade do sistema e condições de qualidade para os trabalhadores, inclusive uma cantina.

Ainda sobre os desafios da cidade na área da higiene urbana, o autarca lembrou a Jornada Mundial da Juventude, realizada em agosto de 2023, em que após as celebrações no Parque Eduardo VII, com cerca de 1,5 milhões de pessoas, três vezes mais pessoas do que a população de Lisboa, houve momentos de partilha, com as pessoas a ajudarem os trabalhadores a limpar.

“A cidade estava verdadeiramente impecável todos os dias. Foi um esforço incrível [...]. O nosso maior desafio é, de certa forma, continuar a fazer aquilo que fizemos durante a Jornada Mundial da Juventude, todos os dias, na nossa cidade”, apelou, reiterando o agradecimento aos trabalhadores da higiene urbana.

# INVESTIMENTO NA ESCOLA PÚBLICA TEM UMA VISÃO ESTRATÉGICA

O Presidente José Manuel Bolieiro elogiou “os investimentos do Governo da Coligação (PSD/CDS/PPM) no sistema educativo, assente numa visão estratégica essencial para o desenvolvimento dos Açores”.

O líder da Coligação PSD/CDS/PPM falava dia 3 de janeiro de 2024 à comunicação social no final de uma visita às obras de remodelação e ampliação da Escola Básica e Integrada de Arrifes, cujo investimento ascende a 17 milhões de euros, desde 2021.

Acompanhado dos candidatos pelo círculo eleitoral de São Miguel, José Manuel Bolieiro afirmou que “o futuro se constrói através do sucesso educativo”, daí o simbolismo da visi-

ta ao estabelecimento de ensino que abrange alunos das freguesias de Arrifes, Relva e Covoada.

José Manuel Bolieiro salientou que “as obras há muito aguardadas e sucessivamente adiadas, trarão finalmente condições de excelência para orgulhar toda esta comunidade educativa”, votada ao esquecimento durante 24 anos de governação socialista, desde as infraestruturas à própria funcionalidade e equipamentos.

Mais destacou que, “o nosso grande objetivo no sucesso educativo é motivar e ter professores e colaboradores do processo educativo muito motivados e os alunos abertos com satisfação para a aprendizagem”.

O líder da Coligação PSD/CDS/PPM assegurou que trabalha, desde a primeira hora, “com vista a garantir a dignidade à condição da carreira de professores e dos assistentes operacionais, com sua colocação nos quadros, estabilizando o vínculo laboral, a definir investimentos nos equipamentos, a olhar o aluno como prioridade, apostando na distribuição dos manuais digitais gratuitos e dotação de equipamentos”.

“É com sentido estratégico mais apurado que quero começar o Ano Novo com o pé direito, apostando no sucesso educativo, fundamental, para o futuro desenvolvimento dos Açores”, concluiu José Manuel Bolieiro.





# COLIGAÇÃO CONDENA “DESCARAMENTO” DE VASCO CORDEIRO SOBRE CARREIRAS NA SAÚDE

A Coligação PSD/CDS/PPM condenou o “descaramento” do deputado do PS Vasco Cordeiro sobre a valorização das carreiras dos profissionais de Saúde dos Açores, lembrando que, no passado, o socialista “sempre ignorou as justas reivindicações” daqueles trabalhadores.

“Enquanto esteve à frente do governo, Vasco Cordeiro nada fez pelos profissionais da Saúde, pois sempre ignorou as suas justas reivindicações. Na legislatura passada, o PS foi o único partido a votar contra as propostas de atribuição de um ponto e meio de avaliação aos técnicos de diagnóstico e terapêutica, e de revalorização remuneratória da carreira dos enfermeiros. Vasco Cor-

deiro tem agora o descaramento de se comprometer com a valorização das condições remuneratórias destes trabalhadores. São afirmações que ninguém leva a sério”, afirmaram.

Para os partidos da Coligação que suporta o Governo dos Açores, “o Partido Socialista, uma vez mais, tenta enganar os açorianos, mas estes sabem bem que foi o Executivo liderado por José Manuel Boleiro que pôs termos a um ciclo de injustiças no setor da saúde”.

“Em mais uma demonstração de desonestidade política, Vasco Cordeiro e o PS revelam uma absoluta falta de vergonha em relação a esta matéria, pois foi em três anos de

governança do PSD, CDS e PPM que se deu início e foram concluídos os processos de regularização de carreiras e remunerações de enfermeiros e técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica. Aliás, o PS votou contra todos os Orçamentos que incluíam verbas para essa valorização remuneratória”, lembraram.

A Coligação PSD/CDS/PPM apontou a “incoerência política flagrante” do PS de Vasco Cordeiro quando diz defender as carreiras dos profissionais de Saúde, dado que foram os socialistas que “não hesitaram em chumbar o Orçamento da Região para 2024, que incluía a regularização extraordinária de 536 trabalhadores contratados ao abrigo dos

chamados ‘contratos covid-19’”.

“O Partido Socialista quer fazer esquecer que o seu voto contra o Orçamento para 2024 não só comprometeu a integração destes profissionais no Serviço Regional de Saúde, como interrompeu um trajeto de valorização de carreiras ligadas a este setor tão importante para a vida de milhares de açorianos”, salientaram.

Os três partidos acrescentaram que o Governo da Coligação já investiu, até novembro de 2023, cerca de 17 milhões de euros na valorização das carreiras dos profissionais de saúde dos Açores.

# PSD DA MADEIRA DESTACA VALORIZAÇÃO SALARIAL DOS TRABALHADORES DO TURISMO

O Grupo Parlamentar do PSD Madeira realizou, no dia 6 de janeiro, uma iniciativa para enaltecer os indicadores positivos do turismo na Madeira e a significativa valorização salarial dos trabalhadores deste setor. O porta-voz desta ação, Bruno Melim, sublinhou a evolução positiva e o seu impacto na economia regional, que resultou numa melhoria substancial das condições de vida dos profissionais envolvidos.

“O ano de 2023 foi particularmente feliz no que diz respeito aos indicadores do turismo. Tivemos mais de 10,2 milhões de dormidas, o que permitiu que, em outubro desse mesmo ano, soubéssemos que esse ia ser o melhor ano de sempre,

quer no número líquido de dormidas, quer no número líquido de proveitos, quer naquele que é o rendimento ao fim do ano, daquele que é um dos setores mais pujantes da nossa economia”, disse o deputado.

Este sucesso impulsionou a celebração de um acordo coletivo de trabalho entre a Associação Comercial e Industrial do Funchal (ACIF) e os trabalhadores do setor, nomeadamente os representantes do Sindicato de Hotelaria e similares. Segundo o parlamentar, este acordo “permitiu que, neste ano de 2024, se registe crescimento dos rendimentos das famílias ligadas ao setor do turismo em 6.5%, mais um conjunto de regalias no que diz respeito às

diuturnidades e à antiguidade desses mesmos trabalhadores”.

Este desenvolvimento positivo reflete duas ideias fundamentais, explica o jovem deputado, que, numa primeira fase destaca «o crescimento do turismo [que] tem sido um crescimento consolidado e sustentado em 10% ao longo dos três anos, o que permite com que haja [uma] redistribuição na economia». Numa segunda fase, explica que se «há mais proveito, vem mais gente, mais gente paga mais para estar na Madeira, e isso repercute-se na vida daqueles que trabalham no turismo, que têm as suas condições salariais melhoradas.»

Bruno Melim recorda que esta iniciativa, levada a cabo entre a ACIF e o Sindicato dos trabalhadores do setor, foi alvo de fortes elogios por parte da Associação Nacional de Turismo como «um bom exemplo daquilo que não se faz no país, (...) em que um setor, que também cresceu a nível nacional, não tem esta repercussão na melhoria das condições de vida dos trabalhadores».

O Grupo Parlamentar do PSD da Madeira destaca, assim, o sucesso do turismo na Madeira como um motor económico e social, que contribui para o desenvolvimento contínuo da Região e enaltece os seus recursos humanos, pilar basilar de todo este sucesso.





# Povo livre

**PSD** PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

Director interino: Pedro Roseta

Numero 260  
11 Julho 1979  
Preço: 75\$0  
Sai às  
Quartas-feiras

## UMA NOVA MAIORIA PARA UM NOVO PODER POLÍTICO



● *Leia, neste número, o texto integral do Acordo de Cooperação, em 12 pontos, assinado no passado dia 5 entre o PSD, o CDS e o PPM, visando criar um novo poder político democrático, capaz de pôr termo à crise de indefinição, identidade e desorientação que o País vive desde 11 de Março de 1975*

PAGINA 2

NOVAS VITÓRIAS  
DOS  
TRABALHADORES  
SOCIAIS  
DEMOCRÁTICAS

PAGINA 16

ALIANÇA  
DEMOCRÁTICA  
Problemas  
Uma  
importante  
questão

PAGINAS 4 e 5

DESCULPA ASDINHA, MAS NÃO POSSO  
ACEITAR ESSA TUA RIDÍCULA EXIGÊNCIA  
DE NOS CASARMOS NOS JERÓNIMOS SÓ  
PORQUE ESTÁ MAIS PERTO DE **BELEM**!!



### EDIÇÃO N.º 260 do "Povo Livre" | 11 de julho de 1979

"Uma nova maioria para um novo poder político".

O PSD, o CDS e o PPM assinavam, no dia 5 de julho de 1979, o compromisso pré-eleitoral histórico com o objetivo de alcançar "um novo poder político democrático". No Largo do Caldas, em Lisboa, na sede do CDS, pelas 10h00, nascia a Aliança Democrática (AD), com Francisco Sá Carneiro, Diogo Freitas do Amaral e Gonçalo Ribeiro Telles.

# CONVOCATÓRIAS PSD



**RECEÇÃO** TERÇA-FEIRA ATÉ 12H00 | Fax: 213 973 168 | Email: convocatorias@psd.pt

## SECÇÕES

### ALCOCHETE

Nos termos dos Estatutos, convoco a Assembleia de Secção de Alcochete, para reunir no próximo dia 31 de Janeiro de 2024 (quarta-feira), pelas 20H30, na Sede Concelhia de Alcochete, sita na Rua do Paço nº 8, em Alcochete, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação política;
2. Informações.

### AMARANTE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção do Partido Social Democrata de Amarante, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 9 de Fevereiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede, sita no Edifício Salto, em Amarante, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Análise da situação Política Nacional;
2. Análise da situação Política Concelhia;
3. Outros assuntos.

### BARCELOS

Ao abrigo do disposto nos artigos 53º e 54º dos Estatutos do Partido Social Democrata, convoca-se os militantes da Secção de Barcelos, do Distrito de Braga, para reunir em Assembleia de Sessão, no próximo dia 18 de Janeiro de 2024 (quinta-feira), pelas 21H30, na sede da Junta de Freguesia de Abade de Neiva, sita na Rua da Sra. da Abadia nº 339, em Abade de Neiva, Barcelos, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política local e nacional.

### CANTANHEDE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis em vigor, convoca-se a Assembleia de Militantes da Secção de Cantanhede, para reunir em sessão ordinária, no próximo dia 22 de Janeiro de 2024 (segunda-feira), às 20H15, na sede da concelhia, sita na Praça Marquês de Marialva, Edifício Rossio 2º - sala 11, em Cantanhede, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Análise da situação política nacional – eleições legislativas;
3. Análise da situação política concelhia;
4. Ponto de situação da Transferência de Competências para os Municípios;
5. Outros assuntos.

NOTA: Se na hora designada não houver quórum dos membros, fica a mesma convocada para as 20H45.

### MAIA

Convocam-se os Militantes do Partido Social Democrata da Secção Concelhia da Maia, para uma Assembleia de Secção, a realizar no próximo dia 30 de Janeiro de 2024 (terça-feira), com início às 21H00, na Sede Concelhia, sita na Rua Engº Duarte Pacheco nº 987 – Cidade da Maia, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação e aprovação das Contas da Secção referentes ao ano de 2023;
2. Apresentação e aprovação do Orçamento da Secção para o ano de 2024;
3. Análise da situação política;
4. Diversos.

### MONTALEGRE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convocam-se os militantes do PPD/PSD, da secção concelhia de Montalegre, para reunirem em Assembleia no próximo dia 28 de Janeiro de 2024 (domingo), pelas 14H00, na sede do PSD de Montalegre, sita na Praça de França nº 395 – loja 4-A do Edifício Carbrilho, em Montalegre, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Informações;
2. Aprovação do Orçamento para 2024;
3. Aprovação das contas do ano de 2023;
4. Análise da situação política.

### PORTIMÃO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, e demais regulamentos aplicáveis, serve a presente para convocar os militantes da Secção de Portimão para uma Assembleia de Militantes a ser realizada no próximo dia 26 de Janeiro de 2024 (sexta-feira), pelas 21H00, na sede do PSD de Portimão, sita na Rua do Colégio nº 6, em Portimão, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações;
2. Análise da situação política-partidária;
3. Outros assuntos.

### VILA NOVA DE GAIA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoco os militantes de Vila Nova de Gaia, para uma reunião ordinária da Assembleia de Secção, no próximo dia 19 de Janeiro de 2024 (sexta-feira), às 21H30, na Sede Concelhia, sita na Rua Dr. Francisco Sá Carneiro nº 1323, em Vila Nova de Gaia, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Apresentação, discussão e votação do Orçamento a nível da Secção, relativo ao exercício de 2024 – crf. artº 53, nº 2, alínea d), dos Estatutos;
2. Informações;
3. Análise da situação política.

## NÚCLEOS

### NÚCLEO DE JOANE

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do Partido Social Democrata, convoca-se a Assembleia de Núcleo de Joane para reunir no próximo dia 22 de Janeiro de 2024 (segunda-feira), pelas 20H45, no Joannem Auditorium (antigas instalações da Junta de Freguesia), sito Largo da República nº 24, em Joane, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Análise da situação política nacional e Eleições Legislativas;
2. Outros assuntos de interesse para o Núcleo.

### NÚCLEO OCIDENTAL DO PORTO

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se a Assembleia do Núcleo Ocidental do Porto, para reunir, no dia 18 de Janeiro de 2024 (quinta-feira), pelas 21H30, no Salão Nobre da Junta de Freguesia de Ramalde, sita na Rua Igreja de Ramalde nº 76/92, no Porto, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS:

1. Informações / actividade desenvolvida;
2. Assuntos de interesse para as Freguesias;
3. Análise da situação política.

## I CONSELHO NACIONAL ORDINÁRIO 2024

Nos termos do disposto no artigo 20.º dos Estatutos Nacionais do PSD, convoca-se o Conselho Nacional para uma reunião ordinária, no próximo dia **15 de Janeiro de 2024, segunda-feira, às 21H00, no SANA Malhoa Hotel**, sito na Avenida José Malhoa 8, em **Lisboa**, com a seguinte:

#### ORDEM DE TRABALHOS

1. Nos termos da alínea i) do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, aprovação do orçamento para o ano 2024 e da repartição das receitas pelas instâncias do Partido;
2. Nos termos da alínea g) do n.º 2 do artigo 18.º dos Estatutos, aprovação da designação do candidato do PSD a Primeiro-Ministro e da proposta da Comissão Política Nacional sobre a lista de candidatos às Eleições Legislativas de 10 de Março de 2024.

## CONVOCATÓRIAS JSD

**RECEÇÃO****SEGUNDA-FEIRA ATÉ 18H00 |****Email: jsdnacional@gmail.com****CONSELHO DISTRITAL DE SANTARÉM**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e demais regulamentos aplicáveis, convoca-se o Conselho Distrital da JSD Santarém para reunião no próximo dia 18 de janeiro de 2024, pelas 21h00, online (link será enviado aos conselheiros distritais) com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Discussão e votação do Regulamento do VII Congresso Distrital da JSD Santarém.

**AMADORA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata e demais Regulamentos aplicáveis, convoca-se o Plenário Concelhio da JSD Amadora para reunir, no dia 25 de janeiro de 2024 (quinta-feira), pelas 19h30, na sede da JSD Amadora, sita na Avenida 11 de Setembro de 1979 16A, 2700-336 Amadora, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Balanço do Mandato da Comissão Política;  
2 – Análise da Situação Política Local e Nacional;  
3 – Aprovação de Militantes Honorários da JSD Amadora;  
4 – Informações e outros assuntos.

**CARREGAL DO SAL**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos demais Regulamentos aplicáveis, convocam-se os militantes da concelhia da JSD de Carregal do Sal, para reunirem no dia 17 de fevereiro (sábado) de 2024, pelas 14h30, na Sala de Formações da Associação de Produtores Florestais Planalto Beirão –Carregal do Sal com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Comissão Política Concelhia e da Mesa do Plenário Concelhio da JSD de Carregal do Sal.

Notas: As urnas estarão abertas entre as 14h30 e as 16h30. As listas deverão ser entregues ao Presidente da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu ou a quem estatutariamente o substitua, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao ato eleitoral. Toda a documentação referente à entrega de listas pode ser entregue via online, através do email da Mesa do Congresso Distrital da JSD Viseu viseujdsdistrital@gmail.com.

**LOURES**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD e dos Regulamentos aplicáveis, convoca-se os militantes da Concelhia da JSD de Loures, a reunirem no dia 16 de Janeiro de 2024, terça-feira, às 20:30h, na sede do PSD Loures que sita na R. Diogo Cão 7, 2660-443 Santo António dos Cavaleiros, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Informações.  
2 – Análise da situação política.  
3 – Outros Assuntos.

**TONDELA**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, e demais regulamentos aplicáveis, convocar o Plenário Concelhio da JSD para o dia 10 de fevereiro de 2024, na sede da UF de Tondela/Nandufe, R. Pedro de Figueiredo 102, 3460-608 Tondela, entre as 17h00 e as 19h00 com a seguinte ordem de trabalhos:

Ponto único: Eleição da Mesa do Plenário e da Comissão Política Concelhia de Tondela.

Notas:

As urnas estarão abertas das 17h00 e as 19h00. Mais informo que as listas candidatas aos órgãos deverão ser-me entregues, até às 23h59 do sétimo dia anterior ao acto eleitoral, via e-mail francisco.d.fonseca@hotmail.com, ou pessoalmente contactando via telemóvel o 963079861.

**TORRES VEDRAS**

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da Juventude Social Democrata (JSD) e demais Regulamentos aplicáveis, convoco os militantes da JSD Torres Vedras para reunir em Plenário Concelhio, no próximo dia 20 de janeiro de 2024, sábado, pelas 18 horas, na Sede da JSD de Torres Vedras, sita na Rua 1º de Dezembro, número 43B, 2560-300 Torres Vedras, com a seguinte ordem de trabalhos:

1 – Análise e balanço dos últimos meses de mandato da CPC;  
2 – Informações da CPC aos militantes;  
3 – Análise da situação política: Legislativas e Europeias 2024  
4 – Outros Assuntos.

**CONSELHO DE COMISSÕES DE TRABALHADORES**

Nos termos do artigo 71º dos Estatutos dos TSD, convoca-se o Conselho de Comissões de Trabalhadores para reunir no próximo dia 13 de janeiro de 2024, sábado, com início às 10H00, na Sede da UGT – União Geral de Trabalhadores, sita na Rua Vitorino Nemésio nº 5, 1750-306 Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos  
Ponto Único: Eleição do Coordenador

Lisboa, 22 de dezembro de 2023

Pel' O Secretariado Nacional  
Pedro Roque Oliveira  
Secretário Geral

Nota:

1. O Conselho de Comissões de Trabalhadores é composto pelo Secretariado Nacional dos TSD e pelos militantes TSD que sejam membros de Comissões de Trabalhadores ou de Subcomissões de Trabalhadores;
2. As candidaturas podem ser entregues até às 17H00 do dia 10 de janeiro de 2024, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Ricardo Espírito Santo, nº 1 – R/c Esq., em Lisboa;
3. No dia da eleição as urnas estarão abertas das 10H30 às 12H30.

**CONSELHO SINDICAL**

Nos termos do artigo 67º dos Estatutos dos TSD, convoca-se o Conselho Sindical para reunir no próximo dia 13 de janeiro de 2024, sábado, com início às 10H00, na Sede da UGT – União Geral de Trabalhadores, sita na Rua Vitorino Nemésio nº 5, 1750-306 Lisboa, com a seguinte:

Ordem de Trabalhos

Ponto Único: Eleição dos Coordenadores:

- a) Grupo de Sindicatos da UGT;
- b) Grupo de Sindicatos Independentes.

Lisboa, 22 de dezembro de 2023

Pel' O Secretariado Nacional

Pedro Roque Oliveira  
Secretário Geral

Nota:

1. O Conselho Sindical é composto pelo Secretariado Nacional dos TSD e pelos militantes TSD que pertencem à direção de organizações sindicais;
2. As candidaturas podem ser entregues até às 17H00 do dia 10 de janeiro de 2024, na Sede Nacional dos TSD, sita na Rua Ricardo Espírito Santo, nº 1 – R/c Esq., em Lisboa;
3. No dia da eleição as urnas estarão abertas das 10H30 às 12H30.

# ANEXOS

---

## ACORDOS

**ALIANÇA DEMOCRÁTICA**  
**Acordo de Coligação**  
**para as Eleições Legislativas**  
**e Europeias de 2024**

ACORDOS

**ALIANÇA DEMOCRÁTICA  
ACORDO DE COLIGAÇÃO  
PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS  
E EUROPEIAS DE 2024**

# ACORDO DE COLIGAÇÃO

## PARA AS ELEIÇÕES LEGISLATIVAS E EUROPEIAS DE 2024

- 1.** Os órgãos nacionais do Partido Social Democrata (PSD), do CDS-Partido Popular (CDS-PP) e do Partido Popular Monárquico (PPM) decidiram formar a Aliança Democrática para o atual ciclo político, incluindo as eleições legislativas e as eleições europeias de 2024, com o propósito de oferecer a Portugal a mudança política necessária e um Governo ambicioso, reformista, moderado estável e maioritário.
- 2.** A Aliança Democrática é composta pelos três partidos, PSD, CDS-PP e PPM, e um conjunto de Personalidades Independentes com espírito reformista e moderado, é a opção mais credível de governo para a próxima legislatura e é a única capaz de superar e vencer este ciclo de 8 anos de governação socialista.
- 3.** A decisão dos órgãos próprios do PSD, do CDS-PP e do PPM é tomada colocando o interesse nacional acima de tudo e tendo em atenção a realização do bem comum e a necessidade imperiosa e urgente de uma mudança política e de políticas face à oportunidade perdida e aos múltiplos falhanços de mais de 8 anos de governação socialista, designadamente:
  - i.** O empobrecimento de Portugal e a sua ultrapassagem por tantos países europeus em diversos critérios para avaliar o nível de desenvolvimento das nações, assente num modelo de baixos rendimentos, com crescimento do número de portugueses que auferem apenas o salário mínimo nacional e estreitando-se o diferencial para salário médio, com a conseqüente perda de poder de compra sofrida principalmente pela classe média;
  - ii.** O agravamento da carga e esforço fiscal para máximos que financiam serviços públicos que estão em mínimos;
  - iii.** A degradação profunda do Estado Social, especialmente grave na Saúde – com a crise nas urgências, duplicação do número de portugueses sem médico de família, agravamentos de tempos de espera para consultas e cirurgias e falta de cuidados continuados e cuidados paliativos – e na Educação – com o conflito e desvalorização dos professores, perda não recuperada de aprendizagens e a troca da exigência no ensino por prioridades de doutrinação ideológica das crianças e jovens. A degradação verificou-se também ao nível da Segurança, com o desinvestimento nas forças de segurança e a desordem no controlo das fronteiras com a extinção do SEF, bem como na Justiça, nos transportes, na habitação e no atendimento dos serviços públicos, em que o Estado funciona hoje pior. O caminho socialista parece empenhado em tornar o Estado social num refúgio, de fraca qualidade e difícil acesso, para os portugueses com menores recursos;

- iv.** A crise na habitação, largamente causada e agravada pela incapacidade governativa de fomentar a oferta de novas casas e por bloqueios ideologicamente motivados;
- v.** Os elevados níveis de emigração jovem qualificada, principalmente motivada pela falta de oportunidades, nível de desemprego jovem muito elevado (taxa de 20,8% de acordo com os últimos dados do INE), baixos rendimentos, tributação excessiva, queda do prémio de qualificações e elevados custos da habitação;
- vi.** A persistência e até agravamento de inaceitáveis níveis de pobreza, exclusão social e desigualdades, particularmente antes de prestações sociais, combinados com uma cultura de crescentes dependências económicas e sociais de prestações públicas, acompanhada pela desconfiança e até desprezo das instituições sociais e de solidariedade, das comunidades locais, e do papel fundamental da família na sociedade;
- vii.** O desinvestimento na competitividade da agricultura, na valorização do mundo rural e na coesão territorial;
- viii.** Uma governação e cultura políticas que sacrificaram a exigência ética, a responsabilidade política, a transparência e integridade na gestão pública, e cuja perpetuação no poder alimentaram a voragem do controlo e instrumentalização partidária do Estado e dos recursos públicos;
- ix.** A incapacidade reformista do Governo para resolver os problemas estruturais do País e aproveitar as suas vantagens comparativas, bem como o efeito das reformas anteriores realizadas e as circunstâncias externas favoráveis, designadamente o maior volume de fundos europeus disponibilizados à economia portuguesa, o período passado de baixíssimas taxas de juro, os processos de transição digital, energética e descarbonização, e o movimento de realocação das cadeias de produção;
- x.** A receita errada para o indispensável equilíbrio das contas públicas, que se baseou numa combinação de fatores conjunturais como a política monetária favorável do BCE e depois o efeito da inflação, com opções políticas fundamentalmente erradas, apostando no agravamento recorde da carga fiscal e no corte no investimento público para compensar aumentos ineficientes da despesa pública estrutural;
- xi.** Os erros motivados por radicalismo ideológico altamente penalizadores dos portugueses, contribuintes e utilizadores dos serviços públicos, desde a nacionalização da TAP à extinção das PPPs na saúde, da cessação dos contratos de associação nas escolas aos ataques à propriedade privada na habitação, das quebras de segurança jurídica em relação aos investidores nacionais e estrangeiros à nacionalização de empresas privadas, da intromissão na gestão e relações acionistas de empresas privadas até ao enfraquecimento e tentativa de dominação das instituições independentes de regulação económica e de justiça. A afinidade da anterior e atual liderança do Partido Socialista com os partidos da esquerda radical auguram a continuação destas tendências.

- 4.** A Aliança Democrática propõe-se oferecer aos portugueses uma alternativa ambiciosa, reformista e moderada capaz de gerar uma efetiva Mudança Política e de políticas que:
- i.** Tenha muita Ambição para Portugal, com os desígnios de alcançar níveis elevados de crescimento que coloquem o País entre os melhores da Europa e acima daqueles com que atualmente nos comparamos; em que a geração dos jovens portugueses possa viver melhor que a dos seus pais e avós e deixe de ter de emigrar em busca de oportunidades; em que as pessoas possam concretizar os seus projetos pessoais de realização e mobilidade social e subir na vida pelo seu esforço e mérito, numa sociedade mais justa;
  - ii.** Demonstre coragem reformista orientada para o reforço dos rendimentos de todos os portugueses e o crescimento da economia sustentados no aumento da competitividade das empresas e do investimento, na qualificação dos portugueses e criação de emprego qualificado, na inovação e geração de valor acrescentado, no reforço do Portugal empreendedor e exportador, na valorização do mundo rural e do investimento na agricultura, e tendo em atenção os efeitos das alterações climáticas, os fenómenos de seca extrema e a importância da transição energética;
  - iii.** Salve e reabilite o Estado Social do definhamento em curso, e que assegure a todos os portugueses a saúde, educação e habitação acessíveis e com qualidade, incluindo exigência na educação e serviços de saúde e de proteção social adequados a uma população cada vez mais envelhecida e com mais longa esperança média de vida;
  - iv.** Seja moderada, colocando a dignidade da pessoa humana no centro e como prioridade da ação política, adotando uma cultura de tolerância e de respeito pelo pluralismo, e repudiando extremismos ou populismos de qualquer ponto do espectro ideológico ou partidário;
  - v.** Assuma forte consciência social, para combater a pobreza, reativar a mobilidade social, garantir que ninguém fica para trás, valorizar a família como célula fundamental da vida económica, social, cultural, educativa e cívica da sociedade, e que aposte nas políticas de natalidade e volte a confiar nas instituições sociais do terceiro setor;
  - vi.** Seja defensora da liberdade, da igualdade de oportunidades e da solidariedade, da segurança dos cidadãos e da defesa do País, respeitadora da propriedade privada da livre iniciativa económica, e empenhada num desenvolvimento sustentável;
  - vii.** Governe com elevada exigência ética, integridade, responsabilidade política, respeito pela separação de poderes e pelas instituições, e empenho efetivo no combate à corrupção e tráfico de influências;
  - viii.** Seja europeísta, lusófona e atlantista, apostando na participação ativa no processo de integração europeia, na valorização da cultura, valores, língua e das comunidades portuguesas, e no compromisso firme com a pertença à União Europeia, ao Euro, à CPLP e à NATO, demonstrado pela ação e programa políticos e pela estratégia de alianças partidárias domésticas e internacionais;

- ix.** Defenda a abertura de Portugal ao exterior, relativamente às pessoas, ao comércio internacional, ao investimento e à cultura, com uma regulação e rigor que preservem o interesse e os valores nacionais, a confiança no Estado português, a segurança e o bem-estar de todos, o humanismo na integração, e o desenvolvimento económico, social e ambiental sustentável;
  - x.** Assuma o compromisso com a gestão sustentável das finanças públicas, em que o equilíbrio orçamental e redução da dívida pública sejam condições e meios indispensáveis que devem ser prosseguidos de modo saudável, revertendo a estratégia recente de “carga fiscal máxima para serviços públicos mínimos”, priorizando a baixa de impostos sobre os rendimentos das famílias e das empresas, e recuperando o investimento público para resgatar o Estado Social do seu definhamento em curso; e que,
  - xi.** Promova estabilidade política construída em diálogo aberto, construtivo e participado com os diferentes atores e instituições da sociedade, e retomando a centralidade do diálogo social com os parceiros sociais, de modo a Unir os portugueses.
- 5.** Os três Partidos têm identidades diferentes e continuarão a honrar a sua história e a sua singularidade na avaliação de valores fundamentais e de consciência. Mas o PSD, o CDS-PP e o PPM têm cultura de compromisso, capacidade de entendimento e experiência de Governo. Essa mais-valia não existe noutros sectores políticos. O presente acordo preserva a autonomia dos partidos subscritores.
- 6.** A Aliança Democrática que PSD, CDS-PP e PPM decidiram formar envolve a constituição de listas eleitorais legislativas e europeias de 2024. Serão baseadas na ponderação global dos resultados que os três Partidos obtiveram em anteriores eleições legislativas e europeias, cumprirão os preceitos legais de igualdade de género e incluirão sectores independentes e inovadores que se juntem e contribuam para um projeto vencedor.
- 7.** A Aliança Democrática tem o horizonte do atual ciclo político, respeitando as autonomias regionais e locais relativamente aos entendimentos quanto às eleições de 2023 (Região Autónoma da Madeira), de 2024 (Região Autónoma dos Açores) e de 2025 (autarquias locais).
- 8.** Em consequência deste acordo, PSD, CDS-PP, PPM e independentes terão como prioridade apresentar aos Portugueses um programa orientado para um futuro ambicioso e solidário nos seus objetivos, realista e sustentável nas suas propostas, reformador e moderado na sua atitude. Esse programa deverá beneficiar de contributos das equipas dos três Partidos, de personalidades e grupos de independentes e em geral de uma abordagem aberta e participada com a sociedade civil e as suas instituições.
- 9.** A Aliança Democrática parte com a ambição de vencer e sabe que muitos Portugueses desejam um debate sério, profundo e rigoroso sobre as ideias das principais forças políticas. É por isso que tenciona fazer uma campanha pela positiva que dignifique a democracia.

**10.** A Aliança Democrática acredita que a maioria dos Portugueses decidirá prestigiar Portugal e abrir um ciclo de merecida esperança. Conta com cada Português e governará para todos com ambição, moderação, ética, humanismo, sentido de responsabilidade, isenção e tolerância. Os Portugueses contam com a Aliança Democrática.

#### I

O PSD, o CDS/PP e o PPM apresentar-se-ão às eleições legislativas e às eleições europeias de 2024 em listas conjuntas da coligação Aliança Democrática, que incluirão também personalidades independentes reconhecidas pelo seu mérito e contributo para a sociedade, e com o objetivo de oferecer a Portugal um projeto político de mudança política com ambição reformista e moderação, exigente sentido ético e com estabilidade política.

#### II

A coligação Aliança Democrática assentará num conjunto de linhas programáticas e que tomarão como base o trabalho já realizado por cada um dos partidos, aberto a contributos da sociedade portuguesa e tendo em consideração os compromissos internacionais.

#### III

A composição das listas conjuntas obedece, no que respeita à proposta e ordenação dos candidatos de cada um dos Partidos nas mesmas, ao critério da ponderação global dos resultados obtidos em cada círculo eleitoral em anteriores eleições legislativas e europeias, atendendo à lei da paridade e promovendo a inclusão de personalidades independentes.

#### IV

- 1.** No respeito pela identidade de cada um dos partidos, os deputados de cada partido constituirão um grupo parlamentar autónomo.
- 2.** As vagas ocorridas são preenchidas pelo candidato imediatamente a seguir do partido pelo qual foi proposto o deputado que deu origem à vaga.

#### V

A coligação Aliança Democrática constituirá órgãos próprios de coordenação política em documento autónomo.

#### VI

A decisão sobre as matérias relativas às regiões Autónomas dos Açores e Madeira respeitará a autonomia estatutária dos órgãos regionais do PSD, do CDS-PP e do PPM.

## VII

Os três partidos comprometem-se a apoiar a coligação candidata às eleições regionais dos Açores de fevereiro de 2024, a constituírem listas conjuntas às eleições europeias de 2024 e a apoiarem entendimentos de base local para as eleições autárquicas de 2025.

Porto, 7 de janeiro de 2024

Presidente PPD-PSD

**Luís Montenegro**

Presidente CDS-PP

**Nuno Melo**

Presidente da Comissão  
Política Nacional do PPM

**Gonçalo da Câmara  
Pereira**